



Número 251
5 de março de 2021

**O necessário debate sobre os
preços dos combustíveis no Brasil**

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

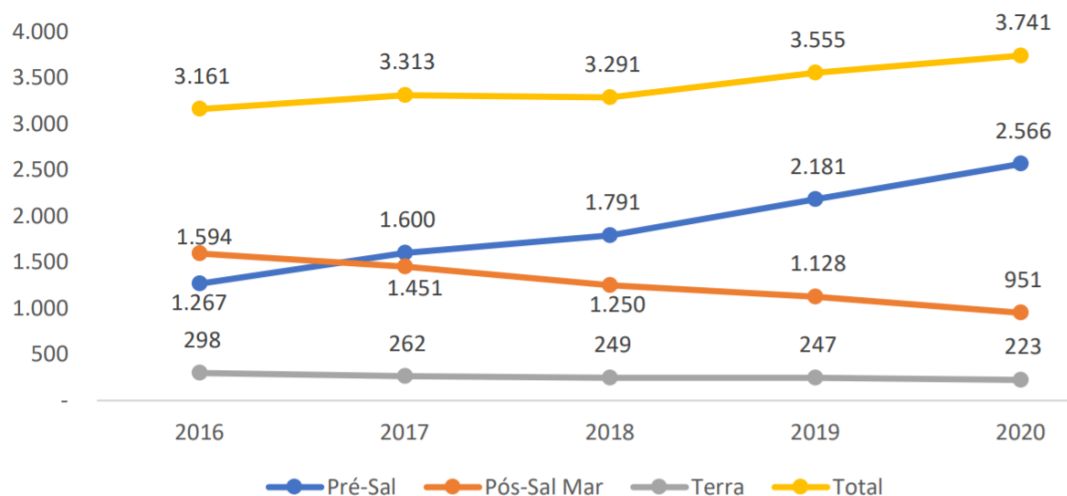
O necessário debate sobre os preços dos combustíveis no Brasil

O aumento constante dos preços do gás de cozinha, gasolina e diesel é tema de grande debate público. Esses produtos têm impacto relevante na vida das pessoas e na economia. Desde outubro de 2016, o brasileiro passou a conviver com instabilidade e escalada nos preços destes derivados, resultado de decisão da gestão da Petrobras em acompanhar a variação do preço internacional do barril de petróleo e a variação do câmbio nos preços praticados nas refinarias da petrolífera. Uma realidade vivida apenas por países que não possuem petróleo e um parque de refino capaz de abastecer a população e que, portanto, têm que importar estes produtos. Longe de ser o caso do Brasil.

Nos últimos cinco anos (2016 a 2020), a produção nacional de petróleo cresceu 18% e chegou a 3,7 milhões de barris equivalentes por dia (BOE/dia). O rápido avanço na produção nos campos do pré-sal, descoberto em 2006 e desenvolvido nos anos seguintes, é o grande responsável pelo resultado, permitindo ao país exportar cerca de 1 milhão de barris por dia, em 2020. No quadro mundial, o Brasil ocupa um lugar de destaque: em 2019, foi o 10º maior produtor, possuía o 9º maior parque de refino, com capacidade de produção de 2,4 milhões de barris por dia e era também o 9º maior consumidor de petróleo do mundo¹.

¹ Segundo o Anuário Estatístico 2020 da Agência Nacional do Petróleo, tendo como fonte a BP Statistical Review of World Energy 2020.

GRÁFICO 1
Evolução da produção de petróleo e gás natural no Brasil, por local de produção
2016 a 2020, em mil barris equivalentes por dia



Fonte: ANP. Boletim da produção de petróleo e gás natural. Encarte de consolidação da produção, 2020. Dezembro de 2020, nº 124

Além disso, vale destacar ainda que os custos de produção de petróleo e refinados aqui no Brasil têm caído sistematicamente, em razão dos ganhos de eficiência que a empresa vem obtendo. Mesmo após a abertura do setor, em 1997, para entrada de empresas estrangeiras, a Petrobras se mantém como a mais importante produtora nacional. Em 2020, foi responsável por 93% da produção de petróleo e gás natural e 99% da produção de derivados. Segundo os relatórios de produção da empresa, o custo médio de extração de petróleo, incluídas as participações governamentais, passou de US\$ 16,27/barril, em 2016, para US\$ 12,62/barril, em 2020, redução de 22,4%, graças aos bons resultados do pré-sal. Também há queda de 31% no custo de produção das refinarias da Petrobras, de US\$2,58/barril para US\$1,78/barril, no mesmo período.

Com essas condições, o que explica os sucessivos aumentos dos preços dos derivados, nas refinarias ou nos postos de abastecimento? Por que o brasileiro está pagando tão caro pela gasolina, pelo diesel e pelo gás de cozinha?

O principal motivo é a política de preços de derivados praticada pela Petrobras nas refinarias. Instituída em 14 de outubro de 2016, a nova política de preços, nas palavras da Petrobras, passa a ser orientada pela “*paridade com o mercado internacional - também conhecido como PPI e que inclui custos como frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias – mais uma margem que será praticada para remunerar*

riscos inerentes à operação, como, por exemplo, volatilidade da taxa de câmbio e dos preços sobre estadias em portos e lucro, além de tributos”².

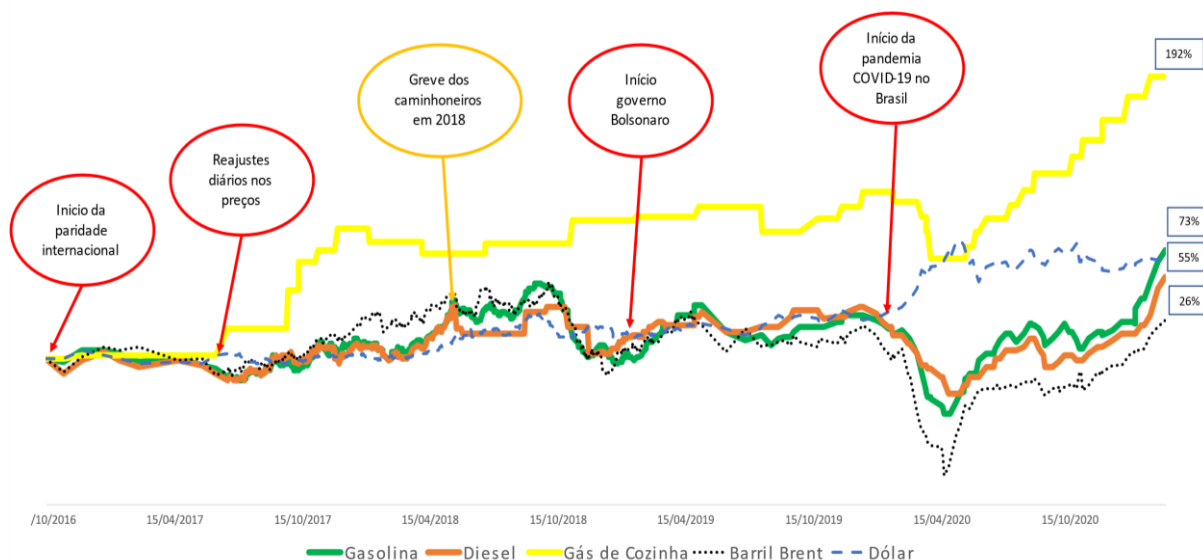
Nesse sentido, qualquer movimento, para cima ou para baixo, nos custos internacionais do petróleo ou no câmbio, corresponderá a reajustes na mesma direção nos preços praticados nas refinarias da empresa, repercutindo na cadeia de distribuição até chegar ao consumidor final. Para dar uma ideia, de outubro de 2016 a 2 de março de 2021 (último reajuste praticado pela Petrobras), nas refinarias, a gasolina subiu 73,3%, o diesel, 54,8%, e o gás de cozinha, 192%. Só para comparar, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE), ficou em 17,7%

A situação se agravou ainda mais no início de 2021. Com aumento nos preços do barril no cenário internacional e forte valorização do dólar no cenário nacional, a Petrobras tem repassado os acréscimos para os preços nas refinarias. Somente nos dois primeiros meses de 2021, houve sete reajustes no preço da gasolina, que chegou a subir 39,5%; cinco aumentos no preço do diesel, que acumulou alta de 32,7%; e ainda dois reajustes no preço do gás de cozinha, que encareceu 11,4%.

O Gráfico 2 apresenta a evolução da taxa de câmbio e do preço do petróleo e derivados no país a partir da adoção da política de preços implementada pela Petrobras. Quando comparados os movimentos dos preços dos derivados nas refinarias e a variação do preço do barril e do câmbio, percebe-se que o gás de cozinha tem apresentado comportamento diferente dos outros indicadores, sempre acima. A explicação para a alta está no fim da política de subsídio ao gás de cozinha, substituído por esta nova política de reajuste de preços nas refinarias. Já os preços da gasolina e do diesel acompanham o do barril. Chama atenção o descolamento da curva da taxa de câmbio, principalmente após fevereiro de 2020, início da pandemia da covid-19 no Brasil.

² Fatos e Dados - Adotamos nova política de preços de diesel e gasolina, 14/10/2016. Disponível em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/adotamos-nova-politica-de-precos-de-diesel-e-gasolina.htm>

GRÁFICO 2
Variação dos preços da gasolina, diesel e gás de cozinha nas refinarias da Petrobras e
comparação com preços do barril (brent) e câmbio (US\$ x R\$)
15 outubro de 2016 a 2 de março de 2021



Outra importante questão suscitada pelo Gráfico acima tem a ver com o preço do diesel. Motivo para a forte greve dos caminhoneiros em maio de 2018, o produto tem hoje valor superior ao mais alto custo registrado naquele momento. Não é à toa que uma das maiores pressões atuais sobre esta política de reajustes da Petrobras provem desta categoria profissional.

A solução para este quadro não é simples e envolve um importante debate em curso. De um lado, estão os defensores da visão liberal, de mercado, que abraçam a ideia de que o governo federal (acionista controlador) não deve intervir nesta política de preços, mas seguir mantendo a paridade, na busca pelo maior retorno financeiro possível para a Petrobras e acionistas da empresa. De outro lado, há quem defenda uma política de preços pautada na defesa da população em geral, levando em conta, além do preço do barril e variação da taxa de câmbio, outros elementos para a definição do preço nas refinarias, como o volume de produção de petróleo, o custo de extração, o custo de refino e o movimento de demanda nacional de combustíveis.

No meio dessa discussão, há uma diversidade de interesses e atores. A Petrobras, maior produtora nacional de petróleo e de derivados, adotou um plano estratégico de saída

de parte do setor de refino, colocando à venda oito refinarias que respondem por metade do parque de refino. Também vem praticando preços de derivados que visam ao maior retorno possível, sem preocupação com o abastecimento nacional e priorizando acionistas em detrimento da população, da economia e da soberania nacional em produtos essenciais e estratégicos. Sem falar no papel estratégico que possuía nos investimentos realizados no país, na manutenção da política de conteúdo local, geração de empregos e desenvolvimento tecnológico, abandonados também nos últimos anos.

Os distribuidores, empresas privadas que comprem derivados das refinarias e revendem para os postos de distribuição, e até mesmo os donos dos postos buscam manter ou ampliar as margens de lucro, aproveitando especialmente momentos de queda nos preços nas refinarias.

Os consumidores, por sua vez, sofrem com instabilidade e falta de previsibilidade, e com preços cada vez mais elevados para a gasolina, o diesel e o gás de cozinha. Os aumentos nos preços de combustíveis e derivados impactam direta ou indiretamente em praticamente todos os segmentos da economia, por serem a principal fonte de energia utilizada no transporte de mercadorias e da população. Há ainda os fornecedores de etanol e biodiesel, insumos utilizados na mistura dos combustíveis para melhorar o desempenho deles, os importadores de derivados e os entes federativos (município, Estado e União) na arrecadação de impostos.

Vale mencionar que, nesse momento, o governo federal implementa medidas para reduzir impostos cobrados sobre esses produtos. Mas será que isso resolverá o problema? Antes, contudo, de abordar essa questão, é necessário aprofundar um pouco mais a compreensão sobre a composição dos preços destes derivados e os movimentos de queda e, principalmente, de alta.

Os consumidores sofrem com preços cada vez maiores para a gasolina, o diesel e o gás de cozinha, que impactam ainda no custo de outros produtos e também na geração de renda, como é o caso dos trabalhadores do setor de transporte.

A composição dos preços dos derivados de petróleo

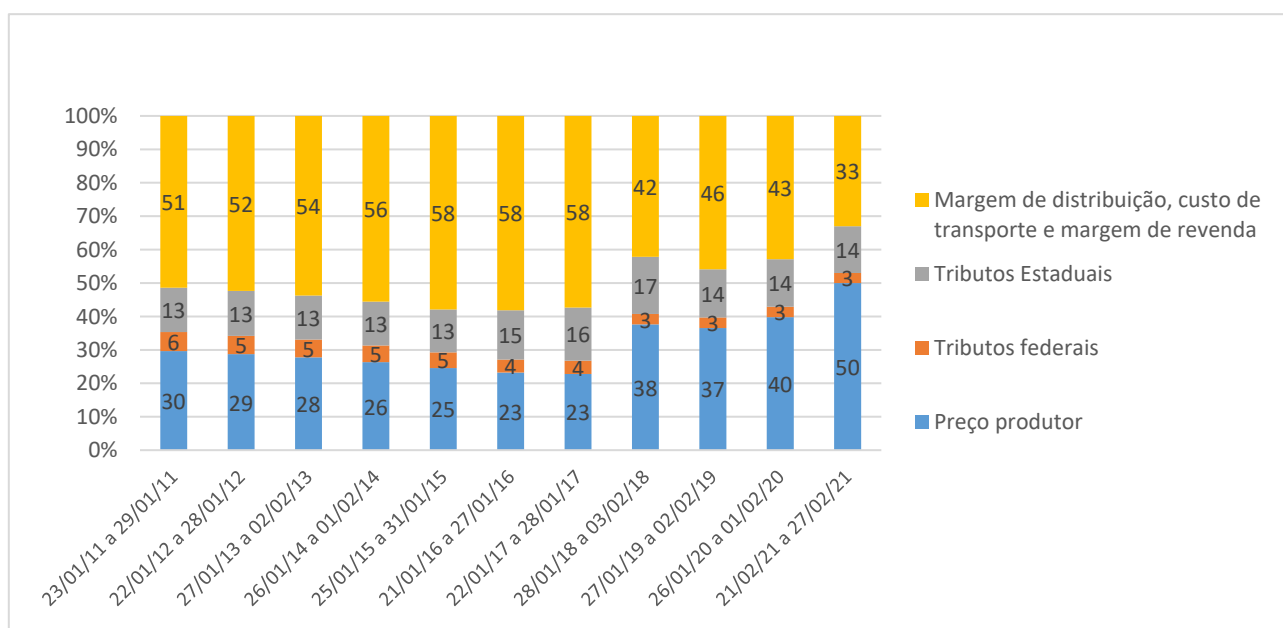
A seguir, os Gráficos 3, 4 e 5 mostram a distribuição de valores entre os atores envolvidos na venda dos derivados de petróleo (aqui a análise será apenas do gás de cozinha, gasolina e diesel), de 2011 a 2021. Isso ajuda a entender, na composição dos

preços, qual é a parcela correspondente a cada conjunto de atores, organizados em quatro grupos básicos:

- 1) os produtores dos derivados, basicamente as refinarias da Petrobras, e os importadores de derivados, responsáveis por fornecer aos distribuidores;
- 2) os estados e a União, com a arrecadação de impostos sobre a comercialização desses produtos;
- 3) os distribuidores e revendedores (postos de combustíveis) que levam o produto até o consumidor final; e
- 4) o agronegócio, produtores de etanol e biodiesel adicionados na gasolina e diesel.

No caso da composição dos preços do gás de cozinha, percebe-se queda na parcela no item “Margem de distribuição, custo de transporte e margem de revenda”, com redução da participação de 51% do preço final, em 2011, para 33%, em 2021. A participação dos tributos federais apresentou pequena redução, de 6% para 3%, resultado das escolhas de reduzir impostos em vez de alterar a política de preços da Petrobras, enquanto os tributos estaduais têm aumento de 1 ponto percentual. A grande alteração está na participação do preço do produtor, ou seja, da Petrobras ou de importadores, que passou de 30% para 50%.

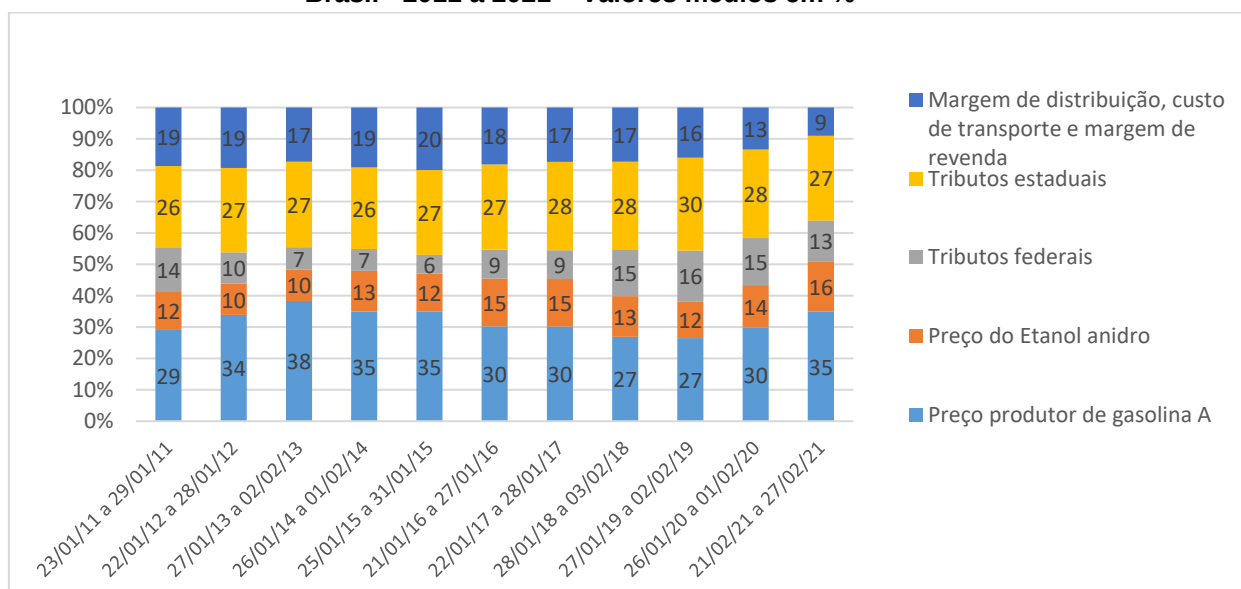
GRÁFICO 3
Composição do preço ao consumidor do gás de cozinha na última semana de janeiro
Brasil - 2011 a 2021 – Valores médios em %



Fonte: MME, Relatório Mensal do Mercado de Derivados de Petróleo, 2011 a 2020. Síntese do comportamento dos preços dos combustíveis (Semana de 21/02/2021 a 27/02/2021), ANP
Elaboração: DIEESE, 2021

No caso da gasolina, a composição dos preços segue movimento semelhante ao do gás de cozinha. Há queda da participação do item “Margem de distribuição, custo de transporte e margem de revenda”, de 19% para 9%; pequena contração da participação dos tributos federais, de 14% para 13%; e estreita elevação dos tributos estaduais, de 14% para 13%. Novamente, há aumento relevante da participação do item “preço do produtor”, que foi de 29% para 35%. Além disso, no caso deste combustível, existe ainda outro setor envolvido na composição do preço final, o item “etanol anidro”, que é adicionado na gasolina. Este setor aumentou a participação de 12% para 16%.

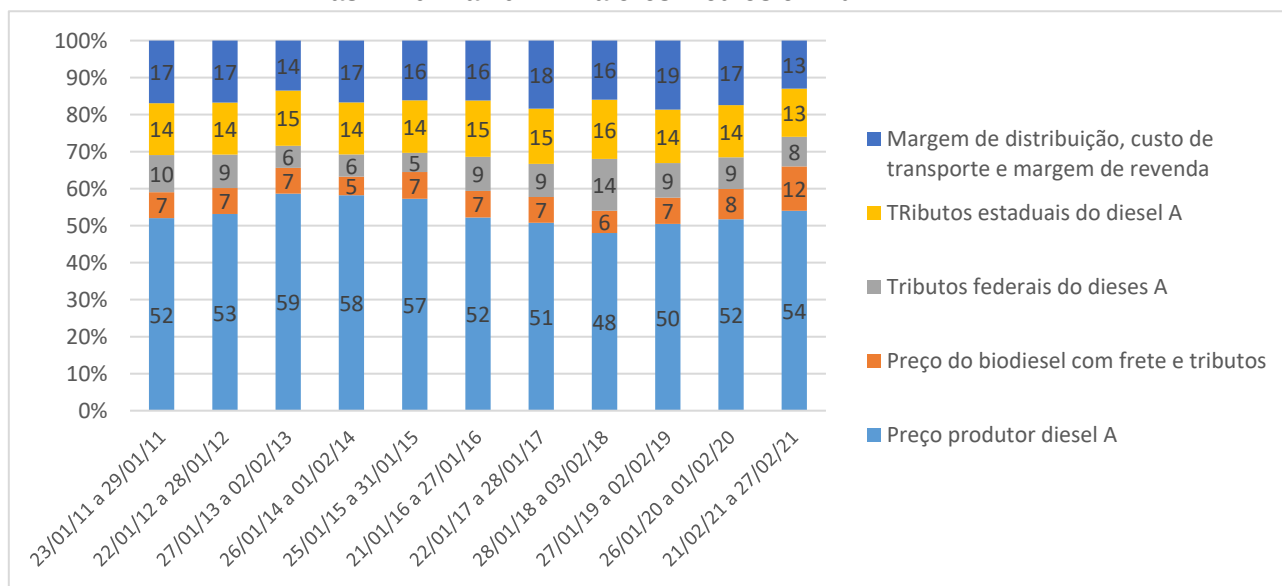
GRÁFICO 4
Composição do preço ao consumidor de gasolina na última semana de janeiro
Brasil - 2011 a 2021 – Valores médios em %



Fonte: MME, Relatório Mensal do Mercado de Derivados de Petróleo, 2011 a 2020. Síntese do comportamento dos preços dos combustíveis (Semana de 21/02/2021 a 27/02/2021), ANP
Elaboração: DIEESE, 2021

Em relação à composição do preço do diesel, ainda para o período de 2011 a 2021, houve redução do item “Margem de distribuição, custo de transporte e margem de revenda”, que saiu de 17% para 13%; e pequena redução dos itens tributos estaduais e federais, em 1 e 2 pontos percentuais, respectivamente. Novamente, os setores com crescimento de participação são “preços ao produtor”, de 52% para 54% e, principalmente, o componente “biodiesel” (também uma mistura incorporada no diesel), com aumento de 7% para 12%.

GRÁFICO 5
Composição do preço ao consumidor do diesel na última semana de janeiro
Brasil - 2011 a 2021 – Valores médios em %



Fonte: MME, Relatório Mensal do Mercado de Derivados de Petróleo, 2011 a 2020. Síntese do comportamento dos preços dos combustíveis (Semana de 21/02/2021 a 27/02/2021), ANP
Elaboração: DIEESE, 2021

Percebe-se que, para três produtos analisados, dois atores aumentam a participação na composição dos preços finais. O setor do agronegócio, fornecedor de etanol e biodiesel para as misturas de gasolina e diesel, bem como a Petrobras e os importadores de derivados. Por outro lado, os distribuidores e os postos de abastecimento perdem participação. Em todos os casos, este movimento se intensifica de 2019 para cá.

É nesse contexto que o governo de Jair Bolsonaro apresenta propostas na tentativa de minimizar os efeitos da disparada dos preços, medidas que não resolverão os problemas.

As medidas implementadas pelo governo

Importante mencionar que essa política de preços foi adotada pela direção da empresa em conjunto com outra mudança relevante implementada já a partir de 2015, quando o Plano de Negócios e Gestão para período 2015-2019 definiu como “*objetivos fundamentais a desalavancagem da Companhia e a geração de valor para os*

acionistas”³. Em 28/08/2019, a empresa alterou a política de remuneração dos acionistas, estabelecendo que, “*em caso de endividamento bruto inferior a US\$ 60 bilhões, a companhia poderá distribuir aos seus acionistas 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos*”⁴. Para ter maior fluxo de caixa e garantir maior remuneração dos acionistas, a empresa reduz investimentos nacionais, vende empresas subsidiárias e mantém essa política de preços abusiva. Sempre atuando no curto prazo, não abre mão do maior retorno possível para os acionistas

Em fevereiro de 2021, novamente, começaram as ameaças de movimentos de protestos de caminhoneiros contrários aos altos preços dos derivados. O governo Bolsonaro passou a falar sobre o tema e procurou endereçar o debate para os impostos arrecadados na venda desses produtos. Primeiro, ameaçou um conflito federativo, ao alegar necessidade de unificação do ICMS e tentar interferir em um imposto estadual. Depois, propôs reduzir as alíquotas cobradas nos tributos federais (Cide/PIS/Cofins). Também nesse sentido, retirou da presidência da Petrobras o economista liberal Castello Branco e indicou o general da reserva Joaquim Luna e Silva. De nada adiantou. Em 1 de março, a Petrobras anunciou novo reajuste nos preços da gasolina e do diesel.

Assim, nessa semana, o governo Bolsonaro instituiu medidas de redução dos tributos federais com o objetivo de reduzir os preços finais. Foram zeradas por dois meses as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep (Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) incidentes sobre óleo diesel e, por prazo indeterminado, sobre o gás de cozinha. Segundo o governo, a renúncia desses tributos totaliza R\$ 3,67 bilhões para o diesel e o gás de cozinha em 2021 e em uma diminuição da arrecadação sobre o gás de R\$ 922,06 milhões em 2022 e de R\$ 945,11 milhões em 2023.

Para compensar a renúncia, o governo aumentou a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras, que, segundo o porta voz dos bancos, aumentará o custo do crédito. Ou seja, a conta pode vir a ser paga por quem precisa de empréstimo bancário, justo nesse momento de grave crise econômica.

O governo também encerrou o Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que consistia na redução da alíquota de PIS/Cofins incidente sobre matérias-primas do setor

³Fato relevante - Plano de Negócios e Gestão 2015 – 2019, 29/06/2015. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/apresentacoes/>

⁴Comunicados ao mercado - Petrobras aprova nova Política de Remuneração aos Acionistas, 28/08/2019. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/comunicados-ao-mercado/>

químico e petroquímico. Anunciado em 2013, durante o governo de Dilma Rousseff, era uma das principais medidas negociadas no Conselho de Competitividade do Plano Brasil Maior. Essa medida deve piorar as condições de atuação do setor, que já tem déficit persistente da balança comercial, seja porque a economia está em crise ou porque há um acirramento do processo de competição internacional e um setor estratégico como esse deveria ser priorizado

Por fim, como medida adicional, o governo federal reduziu a isenção para a compra de veículos por pessoas com deficiência, limitando o alcance de benefício relevante para garantir autonomia e mobilidade de parte desse grupo populacional.

Tais medidas de redução de impostos incidentes sobre combustíveis e gás de cozinha têm sido utilizadas para tentar compensar os problemas provocados pela política de preços e de priorização da remuneração de curto prazo dos acionistas (na maior parte, acionistas privados), mas são paliativas e não resolvem, de fato, o problema.

Debater soluções como redução de impostos temporárias ou permanentes não resolve o problema de fundo da elevação dos preços. Ao contrário, as propostas e medidas de redução de impostos desses produtos, caso se efetivem, causarão perdas para os orçamentos das unidades da Federação (e, indiretamente, dos municípios) e também da previdência social, com repercussões negativas na capacidade de manter ações e políticas nessas áreas. Por outro lado, os preços seguirão aumentando e a redução de impostos será uma “política de enxugar gelo”, pois o problema está na paridade dos preços internacionais praticada pela Petrobras e na intenção de levar adiante a privatização das refinarias⁵.

Os efeitos da redução dos impostos, em momento de pandemia

Penalizando ainda mais a população, no momento mais crítico da pandemia, eventual redução dos preços dos combustíveis, via diminuição de impostos implica, necessariamente, renúncia fiscal. Nas circunstâncias atuais, em que precisamos aumentar a arrecadação para fortalecer o sistema público de saúde, essa solução compromete mais

⁵ Como o caso recente da venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e seus ativos logísticos, localizada na Bahia, anunciada em 8 de fevereiro de 2021. Trata-se da primeira refinaria nacional, criada em 1950 e com capacidade instalada de processamento de 323 mil barris por dia. A refinaria foi vendida para o Fundo Soberano de Investimento Mubadala, de Abu Dhabi. Ver em <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/8f76e953-da3b-ad76-ed48-ff5b601b997f?origin=1>

ainda a capacidade de ação do Estado brasileiro. Cortes na Cide (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico), no PIS/Cofins ou no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) são medidas paliativas, se não houver mudança na política do setor de petróleo no Brasil que transforme, de forma mais estrutural, a formação dos preços. É um custo que novamente será pago pelo conjunto da população.

Além disso, o ICMS⁶ é um imposto estadual e o governo federal não tem controle sobre ele. A alíquota varia de estado para estado, respeitando, no entanto, o percentual de 25% a 34% para gasolina, 12% a 25% para o diesel e 12% a 30% para o etanol. Tem forte peso na arrecadação das unidades da Federação e, na medida do possível, dá autonomia para decisões de seletividade de cada local. A depender do estado, produtos como bebidas, energia elétrica, fumo, comunicação, são onerados pelo ICMS. Já mercadorias que integram a cesta básica, por exemplo, podem ter a alíquota minorada.

No caso da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico)⁷, diferentemente dos impostos, por ser uma contribuição, tem recursos vinculados obrigatoriamente, no caso, ao financiamento de programas de infraestruturas de transportes, projetos ambientais relacionados à indústria do petróleo e do gás, e ao pagamento de subsídios ao transporte de álcool combustível. A Cide Combustível não incide sobre o etanol, porém tem valor de recolhimento fixado em R\$ 0,10 para o litro da gasolina e R\$ 0,05 para o litro do diesel. São recursos ainda repassados ao Distrito Federal e aos estados no montante de 29% do que foi arrecadado pela União (159, III, CF/88). Dessa porcentagem, 25% é repassado pelos estados aos municípios.

Por fim, o PIS/Cofins⁸ (Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) é um tributo presente em praticamente todos os segmentos da cadeia produtiva do país. São contribuições especiais. O PIS é destinado ao pagamento do seguro-desemprego, abono e participação na receita dos órgãos e entidades para os trabalhadores públicos e privados, e a Cofins tem a destinação vinculada à área de saúde.

Quando o governo Bolsonaro reduz a arrecadação desses tributos, além de não resolver o problema dos preços dos derivados de petróleo, penaliza a população com a retirada de importantes recursos.

⁶ É um imposto Estadual regulado pela Lei Complementar [87/1996](#) e previsto no art. [155, II](#) da [CF/88](#).

⁷ Tributo de competência da União, instituído pela Lei 10.336/2001.

⁸ Também são tributos de competência da União, previstos nos artigos 195, I e 239 da CF/88.

Considerações finais

Na questão dos preços dos combustíveis, é fundamental o fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro para administrar as flutuações externas de custos, reduzindo o impacto da dinâmica geopolítica internacional do petróleo, e, ao mesmo tempo, direcionando a política interna de preços para o atendimento dos interesses dos consumidores. Necessário ir além da dicotomia acionistas versus consumidor e propiciar alternativas para investimentos em ciência, tecnologia, inovação e principalmente em novas fontes de energia para assegurar uma transição energética de médio prazo. Como empresa estatal, a Petrobras deveria ter a atuação voltada para esses interesses e não favorecer os investidores estrangeiros e especuladores que ganham em torno da livre flutuação de preços.

A Petrobras e, as outras empresas estatais, diferem das companhias privadas na medida em que, pela natureza, deveriam tomar decisões orientadas pelo interesse coletivo e não apenas por critérios econômico-financeiros. É possível gerir empresas estatais de forma eficiente, sob a perspectiva do interesse público. A análise das experiências de países desenvolvidos mostra a viabilidade de diferentes tipos de gestão no setor público, com controle social, que possibilitam reduzir acentuadamente problemas relacionados à corrupção e à apropriação indevida por interesses privados.

Nesse sentido, diante do atual cenário, novamente vale reforçar algumas iniciativas já apontadas anteriormente, que poderiam ser adotadas pela Petrobras e pelo governo federal para tentar resolver os conflitos e, de alguma maneira, reduzir os preços para a população⁹.

Medidas:

- A Petrobras poderia recuar da política de paridade internacional nos preços dos derivados e levar em consideração outros fatores, como a produção de petróleo e refino no país, custos para essas produções, câmbio, demanda por derivados. Também caberia a ANP e ao governo federal dar mais transparência e visibilidade à composição dos preços, para que os distribuidores e revendedores não capturem os ganhos. Usando esses princípios, a empresa poderia repassar aos preços dos derivados os ganhos de

⁹ Ver em DIEESE, A escalada do preço dos combustíveis e as recentes escolhas da política do setor petróleo. Nota Técnica, 194, 26 de maio de 2018. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec194PrecosCombustiveis.html>

produtividade que tem conquistado, pois está aumentando a produção de petróleo e reduzindo custos no refino;

- Por outro lado, como aponta o movimento sindical petroleiro, a Petrobras deveria parar com o processo de venda de refinarias e aumentar o volume de petróleo refinado. Em 2020, as refinarias da Petrobras utilizaram 79% de sua capacidade total. Como apontado anteriormente, é possível refinar 2,4 milhões de barris/dia e atender à demanda interna (com cerca de 2,3 milhões/dia), dependendo cada vez menos do mercado internacional.



Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe técnica

Adriana Marcolino

Cloviomar Cararine

Revisão Técnica

Paulo Jäger

Carlos Takashi